

A implementação do POP e a luta pela liberdade religiosa



» MÃE LEILA
Mestre Auaracyara, sacerdotisa dos terreiros Luz de Yorimá e Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino no DF

essa discriminação persistente. Como líder dos terreiros Luz de Yorimá e Ordem Iniciática do Cruzeiro Divino (DF), luto pela preservação das religiões afro-brasileiras, pela liberdade religiosa e pela laicidade do Estado.

A questão do racismo e da discriminação também tem sido pauta no Supremo Tribunal Federal (STF) em decisões importantes que, felizmente, reforçam a proteção aos direitos das minorias. Em julgamentos, como o da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), que reconheceu a constitucionalidade das cotas raciais, e a ADPF 635, também conhecida como ADPF das Favelas, o STF tem se posicionado firmemente contra práticas discriminatórias.

Em 2024, a Corte Suprema julgou o habeas corpus 208.240, estabelecendo diretrizes claras contra o perfilamento racial em abordagens policiais, reforçando que buscas pessoais devem ser fundamentadas em evidências concretas e não podem se basear em raça, etnia, religião ou características físicas. Essa decisão é um passo significativo na proteção da intimidade e na limitação de abusos, frequentemente dirigidos a comunidades negras.

Fruto da mobilização social, em especial dos povos de terreiros e do diálogo entre a sociedade civil e as autoridades, incluindo o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa, do qual participei por quatro anos, o lançamento do Procedimento Operacional Padrão (POP), pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrim), atualmente, sob a liderança das delegadas Ângela Maria dos Santos e Cíntia de Carvalho e Silva, representa um avanço e esperança.

O POP da Diversidade orienta a atuação policial em crimes contra liberdade religiosa e o acolhimento às vítimas e determina que todas as pessoas de crença religiosa ou convicções filosóficas, incluindo as que não professam nenhuma fé, sejam atendidas de forma humanizada. De acordo com o documento, o registro de crimes contra a liberdade religiosa requer atenção dobrada por parte do(a) policial, levando em conta a maior condição de vulnerabilidade da vítima. É uma benesse para toda a sociedade. É sabido que a maioria das vítimas é de comunidades de terreiro. Nesse sentido, o POP chama atenção para as opressões cruzadas entre diferentes marcadores sociais de gênero, raça e classe.

Como sacerdotisa, minha missão transcende os limites físicos de meus espaços religiosos — no terreiro —, levando minha voz onde for necessário, pois a luta pela diversidade religiosa é, em essência, uma luta por direitos fundamentais. Nesse sentido, parabéns em especial à Decrim por essa iniciativa pioneira no Brasil. Espero que sirva de lenitivo diante das violências e discriminações que, frequentemente, atingem nossos terreiros e, por vezes, agravadas pelo tratamento dispensado às vítimas de racismo religioso ao buscar proteção estatal. Oxalá esse POP seja levado aos estados brasileiros.

Seguimos na luta pela preservação das religiões afro-brasileiras e pela justiça social, trilhando o caminho que me foi designado pelos ancestrais ilustres e orixás que me guiam e por minha mãe espiritual, mãe Maria Elise Rivas. Essa batalha não é só nossa, mas de todos e todas que respeitam a Constituição brasileira.

A ascensão dos caipiras



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Os pilotos do fabuloso B-2 Spirit voaram por meio mundo por quase 40 horas, abastecido em pleno ar, atravessaram mares e continentes numa altitude de 45 mil pés. Perto do alvo, baixaram para 30 mil pés, liberaram duas bombas de altíssimo poder destrutivo, de várias toneladas cada uma, que não erram o alvo, em seguida fizeram a volta e retornaram para a base no estado do Missouri, território norte-americano. Puderam jantar em casa com a família, ver filmes na televisão e, depois, dormir. Suas mãos não estão sujas de sangue. As defesas do Irã sequer perceberam a chegada dos atacantes. Só entenderam os ataques depois que as bombas explodiram.

Essa é a guerra moderna. O governo dos Estados Unidos deu um recado direto e fulminante para Rússia, China, Irã, Israel e outros governos que se julguem capazes de desafiar o poderio do grande irmão do norte. A diplomacia de Washington abriu o jogo: seu poder reside na força de seus exércitos. Apenas um porta-aviões norte-americano tem mais poder de fogo que todos os exércitos latino-americanos juntos. E os Estados Unidos mantêm 11 porta-aviões operando em todos os mares do planeta. Sem mencionar as dezenas de submarinos nucleares armados com ogivas atômicas. A guerra é o exercício da política por outros meios, disse Clausewitz, no seu clássico *Da guerra*. Nos tempos atuais, com a ascensão de Trump, a diplomacia é apenas demonstração de força. Acabou a conversa. O mundo retrocedeu ao faroeste norte-americano.

O Brasil, embora situado na esquina do mundo, sente as consequências do conflito no Oriente Médio. Judeus e árabes não se entendem desde que a ONU decidiu reconhecer a existência do estado de Israel na Palestina, que pertencia ao mandato britânico. As primeiras ações promovidas pelos judeus foram feitas pela instituição chamada Haganah, que funcionou como força terrorista para enfraquecer e derrubar o controle inglês na área. Essa instituição é a base de outra moderna e atual chamada Mossad. O problema é deles, mas as consequências se refletem aqui. O preço do petróleo dispara, eleva a inflação interna e a comunidade de informação norte-americana passa a fiscalizar a região da tríplice fronteira na região de Foz de Iguaçu, no Paraná. Há uma enorme colônia árabe naquela área.

Parlamentares norte-americanos insinuam tomar para seu país o excedente de energia da Hidrelétrica de Itaipu para alimentar sua inteligência artificial (IA). É o mesmo raciocínio que autoriza o presidente dos Estados Unidos a querer dominar a Groenlândia, o canal do Panamá e o Canadá. Fotografia dos tempos atuais. O presidente Lula, infelizmente, vive nas próprias nuvens. Ele mantém um discurso populista, datado, dos anos sessenta. Viaja pelo mundo sem propósitos específicos. Não conseguiu trazer nenhum benefício concreto para o país. O acordo com a União Europeia continua no território das suposições. Os brasileiros estão debruçados na janela vendo o mundo passar.

O mundo viveu um ambiente de relativa acomodação durante o final da Segunda Guerra Mundial e o início do século 21. A globalização estreitou relações comerciais entre países, criou novas cadeias de fornecimento, modificou as relações de emprego, enriqueceu alguns países e reduziu a pobreza. Mas, esse ciclo terminou. Henry Kissinger diz isso no seu formidável *Ordem mundial* (editora Objetiva). “No mundo da geopolítica, a ordem estabelecida e proclamada como universal pelos países ocidentais se encontra em momento crítico. Os remédios para seus problemas são compreendidos globalmente, porém não existe consenso sobre sua aplicação”.

A política provinciana prevaleceu no Brasil nos últimos tempos. O desaparecimento de partidos com algum comprometimento com o desenvolvimento e a democracia nacional, a exemplo do PSDB e PFL, abriu o caminho para maior atuação de lobbies no Congresso Nacional e colocou em posição de mando no governo personagens pouco instrumentados para exercer as responsabilidades que as funções administrativas exigem. A questão não está no tamanho de eventual déficit do Tesouro Nacional. Mas porque e para que esse resultado é construído.

No final da Segunda Guerra Mundial, o endividamento da Inglaterra era de 250% de seu produto interno bruto. O problema foi resolvido com objetividade e trabalho. Os brasileiros souberam acabar com a explosiva dívida externa, nos anos 1980, sem fazer barulho. Apenas com conversa e negociação. A ascensão dos caipiras só se justifica porque o país está no período de festas juninas.

Desde a abolição da escravatura, em 1888, a cultura e as tradições dos escravizados libertos, como o samba, a capoeira e as religiões de matriz africana, enfrentaram um processo de marginalização e discriminação sistêmica no Brasil. A perseguição a essas expressões culturais estigmatizadas e, por vezes, criminalizadas reflete um legado de intolerância que persiste até hoje. Historicamente, diversos tipos penais foram criados para criminalizar a existência negra no espaço público, houve leis que criminalizavam a mendicância, a capoeira e a “magia”, que se referia às religiões afro-brasileiras.

Nesse contexto, as forças policiais emergem como um braço do racismo estrutural, perpetuando a marginalização de comunidades negras e de suas tradições culturais e religiosas. Um exemplo marcante dessa criminalização ocorreu na década de 1920, quando a capoeira foi proibida oficialmente, rotulada como uma atividade violenta e subversiva, evidenciando como as expressões culturais afro-brasileiras eram percebidas sob uma lente distorcida e preconceituosa.

Diante desse cenário, a história das religiões afro-brasileiras no Brasil é uma narrativa de resistência contra



Obesidade: uma ameaça real à infância e à adolescência



» EDSON FERREIRA LIBERAL
Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

» CLÓVIS FRANCISCO CONSTANTINO
Pediatria e professor de ética médica e bioética da Unisa

A obesidade tem se apresentado como uma ameaça real à saúde de crianças e adolescentes. A mudança no estilo de vida ao longo dos últimos anos tem contribuído para o aumento de peso em todas as faixas etárias, inclusive, na infância e na adolescência. A revista científica *The Lancet* publicou um estudo, no mês passado, que é um verdadeiro alerta sobre a saúde infantojuvenil. Em cinco anos, um a cada quatro adolescentes será obeso ou estará acima do peso.

Também em maio, o Conselho Federal de Medicina (CFM) passou a reconhecer a realização de cirurgia bariátrica a partir dos 14 anos de idade. A medida vale para adolescentes com obesidade grave, com índice de massa corporal (IMC) acima de 40, associada a complicações clínicas, desde que com a devida avaliação da equipe multidisciplinar e consentimento dos responsáveis, sem a necessidade de comprovação de tratamento ineficaz anterior.

Ao analisar essas duas informações, precisamos refletir sobre a saúde dessa geração, que foi amplamente impactada pela covid-19. Infelizmente, a frequência e a gravidade da obesidade em crianças e adolescentes intensificaram-se durante e após a

pandemia. As consequências já começam a aparecer. As comorbidades associadas à obesidade aumentaram, como diabetes tipo 2, hipertensão, dislipidemia, apneia do sono, entre outras.

Inclusive, recentemente, a Academia Americana de Pediatria publicou em seu Guia de Conduta uma série de atualizações sobre as diretrizes de tratamento da obesidade. Entre as recomendações, destaca-se que a obesidade na faixa etária pediátrica deve ser tratada de forma oportuna e individualizada, incluindo suas morbidades associadas. Essa também é uma orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Nesse escopo, a base do tratamento deve ser sempre a mudança do estilo de vida (apoiado pela família), mas o uso de medicamentos e, em situações específicas, procedimentos cirúrgicos, como a cirurgia bariátrica, ganham espaço no cenário atual. Porém, a indicação de cirurgias não deve ser uma decisão isolada, mas ter acompanhamento rigoroso do crescimento e desenvolvimento desses adolescentes antes, durante e depois do procedimento cirúrgico.

É preciso salientar que o pediatra é profissional indispensável na composição da equipe multidisciplinar que fará a indicação e o acompanhamento desses indivíduos ao longo de todo o processo. Reforçar essas questões traz mais segurança na indicação e no acompanhamento desse grupo, porque sabemos que a bariátrica sem acompanhamento e mudança no estilo de vida não gera benefícios duradouros.

Além do risco de novo ganho de peso, quando o paciente (por inúmeros motivos) não consegue manter uma alimentação saudável, é preciso pensar também na deficiência nutricional e nos aspectos psicológicos, em especial num adolescente. Por isso, o

acompanhamento multiprofissional é item obrigatório. Mas qual a possibilidade real da permanência desses cuidados uma vez que significa inseri-los no orçamento familiar já tão apertado da maioria das famílias brasileiras?

Outro ponto importante a se pensar após a bariátrica é o excesso de pele, resultante do emagrecimento. É claro que existem cirurgias plásticas reparadoras e estéticas, mas a questão é como um adolescente vai lidar com sua imagem até passar por esse procedimento. Afinal, o Sistema Único de Saúde (SUS) atende a 70% da população, e a espera por uma cirurgia pode levar anos.

A obesidade é multifatorial — decorrente de questões genéticas, metabólicas, sociais, psicológicas e até ambientais — é um problema de saúde grave e complexo, que não será solucionado de forma única nem definitiva num centro cirúrgico ou com aplicações de “canetas mágicas”. O tratamento da obesidade exige mudança de estilo de vida, sim, mas também políticas públicas eficientes e consistentes.

Medidas precisam ser tomadas para garantir alimentos mais baratos e saudáveis, o que inclui revisão do percentual de adição de açúcar, sódio e aditivos químicos, assim como de agrotóxicos. Inclui também espaços públicos equipados e convidativos para prática de atividade física, diminuição do tempo de tela e ampliação da licença-maternidade (de quatro para seis meses) e paternidade (de cinco dias para dois meses, como propõe projetos de leis), porque uma vida saudável requer cuidado, tempo e começa nos primeiros meses de vida. Se os pais não tiverem tempo, o que restará a essa criança a não ser mingaus prontos com excesso de açúcar? Por isso, o combate à obesidade é complexo e exige uma mudança profunda em toda a sociedade.